

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS  
Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/05/2022 – às 09:00 horas  
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão (S)
AEAAV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (T)
ANA	Márcio de Araújo Silva (S)
	Osman Fernandes da Silva (S)
ASSEMAE	Bruno Saccumann Miranda (S)
	Fernando Ribeiro Rossilho (S)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CETESB	Ednéa Aparecida Parada (T)
	Eduardo Mazzolenis de Oliveira (S)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (T)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
Consórcio Pirai	Roberto Mario Polga (T)
	Francisco Antonio Moschini (S)
DAAE - Rio Claro	Ricardo Buiocchi Bossi (T)
DAE Jundiaí	Maria das Graças Martini (T)
	Martim de França Silveira Ribeiro (S)
DAE Valinhos	Roberta Loureiro da Silva (T)
DAEE	Caroline Túbero Bacchin (T)
	Viviane Maria Beduschi de Arantes (S)
Elo Ambiental	Francisco Paulo Oliva Barijan (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
P. M. de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P. M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Indaiatuba	Karoline Monaro (S)
P. M. de Itatiba	Thaís Polezel F. de Camargo (S)
P. M. de Jundiaí	Guilherme T. N. P. de Lima (T)
P. M. de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzzi (T)

SAA	Denis Herisson da Silva (T)
SABESP	Maurício Polezi (T)
SANASA	Bruno Saccumann Miranda (S)
	Fernando Ribeiro Rossilho (S)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme (T)
SIMA	André Luiz Sanchez Navarro (T)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
UNICA	André Elia Neto (T)
Membros ausentes	
Entidade	
AERA Amparo	
AESABESP	
CISBRA	
Diretoria de Ensino de Bragança	
IGAM	
Instituto Agir Ambiental	
IPÊ	
IPT	
P. M. de Jaguariúna	
P. M. de Louveira	
Rotary International - D4590	
SANEBAVI	
Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Tainá Moura
	Tiago Georgette
	Kaique Duarte Barretto
	Eduardo Léo
	Kátia Maria Sampaio Cezarino
	Diogo Bernardo Pedrozo
	Ivens de Oliveira
DAEE	Cecília de Barros Aranha
SANEBAVI	Elenita Brandão Magalhães
	Bruno Caravita

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos vinte e quatro dias de maio de 2022, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 95ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/05/2022 – às 09:00 horas

Reunião por videoconferência – Google Meet

Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 17 de maio de 2022. **2. Abertura da 95ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sra. Caroline Túbero Bacchin, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e coordenadora da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), em plataforma de videoconferência *Google Meet*, onde agradeceu a presença de todos e indicou aos presentes a existência de quórum em segunda chamada para início da reunião. **3. Informes. 3.1. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** A Sra. Caroline passou a palavra ao Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) para os informes: **a)** Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago informou que os Comitês PCJ têm incentivado a realização de cursos pelos interessados e solicitou o envio do certificado para a SE/PCJ, podendo ser realizado os cursos disponíveis em plataformas gratuitas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo [link <https://capacitacao.ead.unesp.br/>](https://capacitacao.ead.unesp.br/), e dos cursos do Programa CapacitaSIGHR disponíveis no [link <https://sighr.sp.gov.br/capacita>](https://sighr.sp.gov.br/capacita). Explicou que também há a possibilidade de realizar os cursos em outras instituições, reforçando que os representantes que concluírem os cursos com temas relacionados a meio ambiente e recursos hídricos, concluídos em 2022, encaminhem os certificados para o e-mail da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam demonstrar a capacitação de seus membros para obtenção de recursos do PROCOMITÊS; **b)** Foram informadas as próximas reuniões agendadas dos Comitês PCJ, cuja participação não é obrigatória, sendo elas a 85ª Reunião Ordinária da CT-PL, a ser realizada no dia 03/06/22 às 9h e a 25ª

Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, a ser realizada no dia 29/06/22, às 9h. Ambas as reuniões terão transmissão ao vivo no *YouTube* com *link* a ser disponibilizado na agenda de reuniões do sítio eletrônico dos Comitês PCJ; **c)** Newsletter ComitêsPCJ: o Sr. Tiago convidou a todos para conhecerem a plataforma de atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas, que periodicamente é atualizada pela Assessoria de Comunicação da Agência PCJ. Os interessados podem acompanhar por meio do [link <https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj>](https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj). **3.2. Informes da coordenação da CT-PB.** A Sra. Caroline informou a todos para programarem-se para uma reunião conjunta com a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ para apreciação e aprovação do ajuste da previsão do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ (PAP-PCJ) para os anos de 2022-2025 e apreciação do Relatório de Situação das Bacias PCJ 2022 ano base 2021. Informou que futuramente serão encaminhadas mais informações. **3.3. Informes dos membros da CT-PB.** A Sra. Caroline questionou os membros sobre os informes e não havendo deu prosseguimento na pauta da reunião. **4. Aprovação da ata 94ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 22/03/22.** Na sequência, a Sra. Caroline abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta da ata 94ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 22/03/22, realizada por videoconferência. A Sra. Caroline questionou se haveria alguma alteração ou complemento da minuta, e não havendo, colocou em votação sendo aprovada por unanimidade. **5. Criação do Grupo de Trabalho (transitório) Plano de Ação do Planejamento Estratégico (GT-Plano de Ação).** A Sra. Caroline passou a palavra para o Sr. Tiago Georgette que explicou que, conforme estabelecido no Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas para os anos 2022-2023, aprovado pela Deliberação dos

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/05/2022 – às 09:00 horas

Reunião por videoconferência – Google Meet

Comitês PCJ nº 392/21, de 10/12/2021, a CT-PB possui algumas ações do planejamento estratégico dos Comitês PCJ a serem discutidas no âmbito da Categoria A, a qual engloba as atividades demandadas pela SE/PCJ para as CTs considerando o Plano das Bacias PCJ 2020-2035, o Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ, PA/PI, PAP-PCJ e POA-PCJ, e atividades de acompanhamento de execução solicitada pela Agência das Bacias PCJ. O Sr. Tiago lembrou que os Comitês PCJ vêm desenvolvendo o seu Planejamento Estratégico desde 2020, onde definiu as Declarações Corporativas (Missão, Visão de Futuro, Atributos da Visão de Futuro e Valores) e a análise SWOT, aprovadas pela da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 116/20, de 30/06/2020. Posteriormente o Mapa Estratégico e o Plano de Ação do Planejamento Estratégico, para o período 2022 a 2025, foi aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 379/21, de 07/10/2021. Dessa forma, o Mapa Estratégico e o Plano de Ações para o período 2022 a 2025 é o resultado das discussões que compila as ações a serem desenvolvidas, compreendendo 03 (três) perspectivas, divididos em 08 (oito) temas estratégicos, desenvolvidos em 19 (dezenove) Objetivos Estratégicos (OE) que se desdobram em várias Iniciativas Estratégicas (IE). Para essas ações, foram elencados os responsáveis por sua execução, bem como prazos de conclusão, sendo que algumas ações couberam a uma ou mais Câmara Técnica dos Comitês PCJ. Para a CT-PB coube discutir 06 (seis) iniciativas estratégicas, sendo elas: **i)** OE 3 - IE: 01 Aperfeiçoar indicadores para o monitoramento da efetividade dos instrumentos de gestão, alinhados com o Plano das Bacias PCJ. (em articulação com a CT-MH e CT-OL) Plan. Estratégico (Pessoas, gestão e governança); **ii)** OE 3 - IE: 02 Criar estratégias para a avaliação da implementação dos instrumentos de gestão, envolvendo as câmaras técnicas dos Comitês PCJ, com foco no atendimento às ações e

metas no Plano das Bacias. (em articulação com a CT-MH e CT-OL) Plan. Estratégico (Pessoas, gestão e governança); **iii)** OE 3 - IE: 03 Revisar mecanismos e valores das Cobranças PCJ. Plan. Estratégico (Pessoas, gestão e governança); **iv)** OE 4 - IE: 03 Aperfeiçoar estratégias de comunicação e de acesso a informações como forma de contribuir para a efetividade operacional dos instrumentos. (em articulação com a CT-MH e CT-OL) Plan. Estratégico (Pessoas, gestão e governança); **v)** OE 5 - IE: 03 Aprimorar o SSD-PCJ como ferramenta de integração entre instrumentos de gestão. (em articulação com a CT-MH) Plan. Estratégico (Pessoas, gestão e governança); **vi)** OE 15 - IE: 01 Aprimorar o gerenciamento e uso das principais ferramentas de suporte a decisão para o planejamento e gestão de recursos hídricos. (em articulação com a CT-EA, CT-MH, CT-Rural e CT-RN) Plan. Estratégico (Organização, estrutura). O Sr. Tiago explicou que, em reunião do GT-Integração das Ações das CTs, no âmbito da CT-PL que foi realizada em 10/02/2022, foi acordado que as ações que estavam a cargo de mais de uma CT, apenas uma CT criaria o GT e coordenaria o processo de desenvolvimento, compondo um GT Transitório, estando as demais CTs atuando como convidadas, indicando representantes para participação neste GT. Assim, das 06 (seis) ações elencadas com a CT-PB, a CT-OL propôs coordenar as ações i (OE 3 – IE 01), ii (OE 3 – IE 02) e iv (OE 4 – IE 03). Já, a CT-MH propôs coordenar a ação v (OE 3 – IE 03). A ação iii (OE 3 – IE 03) é de responsabilidade apenas da CT-PB, sendo interessante que tal ação ficou a cargo do GT-Cobrança, conforme aprovado na 94ª Reunião Ordinária da CT-PB. A ação vi (OE 15 – IE 01) ficará sob responsabilidade da CT-RN. Para sua implementação há a necessidade de cada CT formar um GT Transitório único para todas as IE, a ser denominado “GT-Plano de Ação”, e convidou os membros para a integrarem representando a CT-PB.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/05/2022 – às 09:00 horas

Reunião por videoconferência – Google Meet

Assim, ficou definido que os representantes da CT-PB para a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL), Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais (CT-RN) e da Câmara Técnicas de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ serão os senhores: Raquel Eliana Metzner (IPSA-C e SORIDEMA), Ednéa Aparecida Parada (CETESB), Guilherme Theodoro N. P. de Lima (P.M. de Jundiaí/SP), Maria das Graças Martini (DAE Jundiaí), Paulo Roberto Szeligowski Tinel (ASSEMAE e SANASA) e Michele Consolmagno (CIESP - DR Bragança Paulista). Como a ação iii (OE 3 – IE 03) ficará sob responsabilidade do GT-Cobrança, a Sra. Caroline questionou se mais algum membro desejaria participar do grupo, sendo que o Sr. Petrus Weel (PM de Holambra/SP) solicitou participar, sendo incluído no GT-Cobrança. A Sra. Caroline agradeceu a presteza dos membros e desejou bom trabalho.

**6. Andamentos do Relatório de Situação.** A Sra. Caroline informou que, conforme informado na reunião anterior, os dados não foram encaminhados na sua totalidade, dificultando o processo de elaboração do Relatório de Situação (RS) 2022, ano base 2021 e passou a palavra para o Sr. Eduardo Leo, coordenador de Sistemas de Informações da Agência PCJ, que apresentou as regras para a execução do Relatório de Situação. O Sr. Eduardo informou que um acréscimo à Lei nº 7.663/1991, que aprovou a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, em seu artigo 26, estabeleceu que o Relatório de Situação deve ser aprovado por deliberação até o dia 30/06, anualmente. Informou que, de acordo com a Deliberação CRH nº 146, de 11 de dezembro de 2012, em seu artigo 7º, inciso III, estabelece que o RS deve ter uma metodologia que possibilite uma abordagem integrada dos fatores intervenientes no estado e no gerenciamento dos recursos hídricos, incluindo as questões comuns entre diferentes bacias hidrográficas e que o roteiro será

disponibilizado pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI). Assim, os dados foram disponibilizados parcialmente pelo CORHI em 17/05/2022 e a aprovação e entrega foi prorrogada para o dia 30/09/2022. Assim, com a prorrogação dos prazos, uma agenda será estabelecida com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ para garantir a tramitação adequada para obter sua aprovação junto aos membros dos Comitês PCJ. O Sr. Roberto Polga, representante do Consórcio Piraí, questionou se o Relatório de Situação considera a qualidade da água nos pontos de entrega no exutório de cada UGRHI. O Sr. Eduardo Léo informou que esse indicador ainda não consta no RS, mas que os Comitês PCJ estão incluindo algumas informações a respeito no RS. Informou também que o Relatório de Situação do estado de São Paulo ([link](#)) tem incluído essa análise e avaliado por vertentes, sendo no caso das Bacias PCJ, a vertente do Rio Tietê. O Sr. André Navarro, secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, informou que o trabalho conjunto da vertente do Rio Tietê ([link](#)) tem debatido a questão da integração de planejamento entre os seis Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e pretendem contratar um estudo de integração e que essa questão deverá estar contida no estudo. O Sr. Eduardo Mazzolenis, representante da CETESB, informou que essa ação de integração apoia o trabalho de melhoria da qualidade das águas e seu enquadramento, que foi judicializado na região da Bacia Hidrográfica Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT). Reforçou o quanto essa integração é positiva para se alcançar a melhoria da qualidade do Rio Tietê. O Sr. Michele Consolmagno, representante da CIESP DR Bragança Paulista, reforçou a importância do estado de São Paulo de atualizar a legislação de enquadramento dos corpos hídricos e o Sr. Eduardo Mazzolenis alertou que essa atribuição é de cada CBH, depois da aprovação da Política Nacional de Recursos Hídricos, sendo que



# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/05/2022 – às 09:00 horas

Reunião por videoconferência – Google Meet

os critérios de enquadramento são estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). A Sra. Caroline agradeceu a colaboração de todos e deu prosseguimento na pauta da reunião. **7. Andamento das atividades do GT-Ajuste (PAPI).** A Sra. Caroline convidou o Sr. André Navarro, secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, que realizou a apresentação “Ajustes POA/PAP (2022 a 2025)”. O Sr. André destacou que o Plano das Bacias PCJ 2020-2035 estabelece alguns instrumentos para execução dos recursos da cobrança sendo o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2021-2025 (PAP-PCJ) e Plano de Aplicação e Plano de Investimento das Bacias PCJ 2021-2023 (PA/PI PCJ). Informou que o PAP-PCJ é desdobrado em Planos de Execução Orçamentários Anuais das Bacias PCJ (POA-PCJ). Neste sentido, informou que com a disponibilização do valor incontroverso do pagamento pelo uso da água recolhido pela SABESP e por conta de outros recursos não aplicados e disponibilizados, foi formado junto à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ o Grupo de Trabalho de Ajuste do PAP-PCJ (GT-Ajuste PAP) que pretende discutir a destinação dos recursos excedentes na ordem de R\$ 35 milhões (trinta e cinco milhões de reais) no POA-PCJ 2022 e dos próximos anos ainda a ser apreciado. O atual POA-PCJ foi aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 387/21, de 10/12/2021. Como o valor é vultoso, o Sr. André informou que essa alteração deve ser aprovada tanto pela CT-PB como pela CT-PL sendo posteriormente apreciada pela Plenária dos Comitês PCJ. Assim, informou que a Agência PCJ formalizará um comunicado na próxima reunião da CT-PL, e informará a proposta de destinação desse recurso no ajuste do PAP-PCJ. O Sr. André informou que na primeira reunião do GT-Ajuste PAP, em 03/05/2022, foram discutidas ações como realocação de ações previstas em 2021 para 2022, com ajustes de cronograma e valores,

complementação da reposição inflacionária de serviços contínuos e a suplementação de valores para atividades previstas como projetos de saneamento pré-selecionados, atualização de orçamento para ações contratadas e inclusão de novas ações, como estudos arqueológicos na região possível de receber o barramento na Bacia do Rio Corumbataí. Assim, com as atualizações, o POA-PCJ 2022 será acrescido na ordem de R\$11.855.637,84 (onze milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos). Parte desse recurso, seria inserido na proposta de valor para constituição de um fundo de financiamento reembolsável a ser implementado pela Agência das Bacias PCJ, e a parte do custeio da Agência de Bacias PCJ seria encaminhada para recomposição da reserva financeira para custeio administrativo da Agência PCJ. Informou que todas essas alterações serão apresentadas para apreciação na próxima reunião da CT-PL. O Sr. André informou que o GT pretende fechar a nova proposta do PAP-PCJ 2023-2025 em reunião a ser realizada no mês de agosto/2022 sendo depois tramitado nas instâncias dos Comitês PCJ. A Sra. Caroline agradeceu a apresentação e abriu para questionamentos e considerações. O Sr. Roberto Polga, representante do Consórcio Piraí, questionou sobre a origem dos recursos complementares ao POA-PCJ. O Sr. André explicou que a maior parte vem do recurso incontroverso do processo movido pela SABESP contra o Governo Federal sobre o método da cobrança pelo uso da água e que foi liberada pelo juiz que está analisando o processo. O Sr. Ivens Oliveira, diretor financeiro e administrativo da Agência PCJ, acrescentou que no momento da elaboração da proposta do PAP-PCJ, foi decidido pela não inclusão dos valores pagos pela SABESP em juízo por conta do processo estabelecido. Com a liberação do valor incontroverso, um volume de aproximadamente R\$ 11 milhões (onze milhões de reais) serão liberados

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/05/2022 – às 09:00 horas

Reunião por videoconferência – Google Meet

anualmente e que o recurso está sendo encaminhado para o caixa da Agência das Bacias PCJ demandando esse ajuste neste momento. O valor controverso, está depositado em juízo e só será liberado para a Agência PCJ caso a SABESP perca a ação, mas a SABESP tem vencido nas primeiras instâncias, podendo possivelmente ganhar esse processo e reaver o recurso controverso. O Sr. Ivens complementou que a outra parte do recurso em ajuste vem do excesso de arrecadação previsto, já que a taxa de inadimplência dos usuários de recursos hídricos caiu no último ano. O Sr. Eduardo Leo recomendou a todos o acesso ao Relatório de Execução do Exercício 2021 do PAP-PCJ disponível no [link](#). A Sra. Caroline agradeceu a colaboração e deu prosseguimento na pauta. **8. Reuniões de mobilização, acompanhamento e outros eventos da CT-PB.** A Sra. Caroline passou a palavra para o Sr. Eduardo Leo, coordenador de Sistemas de Informações da Agência PCJ, que realizou a apresentação “Eventos sobre a gestão da implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035” (PBH-PCJ). O Sr. Eduardo informou que estão na fase de aplicação de recursos financeiros conforme previsão e prioridades estabelecidas no PBH-PCJ. Informou que antes a prática era financiar os melhores projetos e que atualmente, o foco é na realização de investimentos nos locais mais prioritários buscando atuar nos desafios estabelecidos no PBH-PCJ. Nesse contexto, a gestão da implementação se faz mais necessária por conta da necessidade de mobilização de instituições-chave que podem ter pouca atuação conjunta nos Comitês PCJ, mas que demandam participação imprescindível no processo. Essa atividade deve ser contínua e demanda apoio e mobilização frequente de todos os membros da CT-PB. As oficinas realizadas no primeiro semestre propiciaram a aproximação da Agência PCJ com os municípios, ouvindo as opiniões e percepção dessas instituições para as metas do PBH-PCJ. As oficinas

programadas para o segundo semestre propiciarão a publicização das metas e alcance dos objetivos estabelecidos no PBH-PCJ tornando-o mais explícito. Assim, para a realização do evento previsto pelo Plano de Trabalho da CT-PB para setembro/2022, serão realizadas reuniões com temas a serem definidos a partir de demandas levantadas nas reuniões de acompanhamento. O Sr. Eduardo destacou que a metodologia de avaliação da participação das instituições no acompanhamento das metas não está definida, mas que esse acompanhamento deve ser passo-a-passo para que não se chegue ao ano de 2035 para verificar se os municípios atingiram as metas estabelecidas no PBH-PCJ. Para o evento de setembro/2022, o tema proposto será sobre o esforço necessário para o alcance das metas do saneamento básico nas Bacias PCJ e está previsto para acontecer por meio de reuniões *online*, visando a validação dos dados previamente levantados. O Sr. Eduardo propôs elaborar um relatório com descritivo por município, que conteria informações gerais do município, nível de prioridades para investimento com vistas a alcançar as metas municipais para o setor de saneamento estabelecidos no PBH-PCJ, dados atuais disponíveis sobre coleta/tratamento de esgoto e perdas hídricas, estimativa do esforço necessário para alcance das metas, situação sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), situação sobre demais compromissos pactuados, como Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) assinados e considerações gerais. Com esses relatórios municipais, há a proposta de realizar uma experiência piloto na sub-bacia do Rio Atibaia, por possuir condições favoráveis em relação ao número de municípios, diversidade de atores, experiências concomitantes como o Relatório de enquadramento ou decorrente do Inquérito Civil para despoluição da Represa de Salto Grande no município de Americana/SP. A Sra. Caroline agradeceu a

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/05/2022 – às 09:00 horas

Reunião por videoconferência – Google Meet

apresentação e convidou os membros para tirar dúvidas e considerações. O Sr. Paulo Tinel, representante da ASSEMAE e SANASA, parabenizou a proposta e complementou informando sobre a abertura da licitação do processo de *retrofit* da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) Anhumas no município de Campinas/SP que terá investimento na ordem de R\$190 milhões (cento e noventa milhões de reais) e que após a renovação, o sistema de tratamento será de nível terciário o que muito contribuirá com a despoluição da Represa de Salto Grande em Americana/SP e do baixo Rio Atibaia. O Sr. Eduardo Mazzolenis, representante da CETESB, questionou sobre a interação dessa proposta com as novas situações decorrentes do novo Marco Legal do Saneamento, que trouxe novas formas de articulação e controle para a área de saneamento básico nos municípios e parabenizou o processo de atuação por sub-bacia que poderá apoiar no esforço da redução da eutrofização de águas superficiais no estado de São Paulo. O Sr. Eduardo respondeu informando que houve uma boa integração das metas do PBH-PCJ para 2035 que são mais restritivas que as metas estabelecidas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) que tem como horizonte-meta o ano de 2033. Assim, as metas do Plansab serão intermediárias e facilitarão o acompanhamento das metas do PBH-PCJ 2035 demandando monitoramento pelos Comitês PCJ. O Sr. Eduardo Leo reforçou que o processo de revisão do PBH-PCJ em 2026 será uma boa oportunidade para atualizar os desafios da implementação e fazer uma correção de rota adequada para o planejamento. O Sr. Roberto Polga, representante do Consórcio Pirai, questionou sobre as prioridades locais de saneamento frente ao Novo Marco do Saneamento Básico. O Sr. Eduardo Leo informou que a lei do Novo Marco estabeleceu a obrigatoriedade de alinhamento das metas do PMSB e os PBHs. A Sra. Maria Amélia Devitte

Ferreira, representante da AEAAV, questionou sobre a possibilidade dessa segunda rodada ter o convite estendido a outros atores sociais além das Prefeituras e empresas de saneamento para garantir que o atendimento das metas não sofra paradas em trocas de governo. O Sr. Eduardo Leo informou que está em planejamento a realização de reuniões amplas com outras instituições da sociedade civil, de acordo com o Plano de Trabalhos da CT-PB, sendo que as oficinas atuais são realizadas em grupo pequeno e há a necessidade de se verificar a disponibilidade do uso de ferramentas de videoconferências que permitam a participação de mais entidades. A Sra. Caroline agradeceu a participação e contribuição de todos. **9. Estudo de atualização da cobrança estadual.** A Sra. Caroline passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, diretor administrativo e financeiro da Agência PCJ, que informou que a proposta de estudo para atualização do preço da cobrança pelo uso das águas, tanto no âmbito paulista como no federal, teve seu Termo de Referência encaminhado para contratação pela Agência PCJ. O Sr. Ivens informou que já foi realizada uma primeira coleta de preços para dimensionamento do orçamento e em breve terá seu edital publicado em jornais de grande circulação e iniciado o processo de contratação por licitação. Assim, por volta do mês de junho/2022, o serviço poderá ser contratado, podendo até já estar finalizada a contratação para a época da próxima reunião da CT-PB em julho/2022. O Sr. Ivens informou que esses prazos podem alterar caso ocorra algum pedido de impugnação no processo licitatório. **10. Encerramento:** Nada mais havendo para debater, foi passada a palavra aos presentes e não havendo manifestação, a Sra. Caroline agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PB – 24/05/2022 – às 09:00 horas

Reunião por videoconferência – Google Meet

Caroline Túbero Bacchin  
Coordenadora da CT-PB

Raquel Eliana Metzner  
Coordenadora-adjunta da CT-PB